

INTRODUÇÃO	17
Capítulo I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	21
I.1. Delimitação terminológica	21
I.1.1. Noções gerais	21
I.1.2. Terminologia empregada no Brasil	23
I.1.3. Proposta terminológica	28
Capítulo II – PLANEJAMENTO FISCAL EM OUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS	37
II.1. Introdução	37
II.2. Reino Unido	39
II.2.1. Introdução	39
II.2.2. Reinado do <i>Duke of Westminster</i>	40
II.2.3. Exorcização do fantasma do Duke	43
II.2.4. Tendências recentes	46
II.2.5. Rumo à GAAR	48
II.3. Estados Unidos	52
II.3.1. Introdução	52
II.3.2. Surgimento de <i>Gregory</i>	54
II.3.3. Descendentes de <i>Gregory</i>	56
II.3.4. Cafeteria vs. GAAR	61

II.4. Canadá	63
II.4.1. Introdução	63
II.4.2. <i>Stubart Investments</i> e o <i>Duke of Westminster</i>	64
II.4.3. <i>Duke of Westminster</i> vs. GAAR	66
II.5. Alemanha	72
II.5.1. Introdução	72
II.5.2. Primeira Cláusula Geral Antiabuso (§5 AO)	74
II.5.3. Posição da doutrina	76
II.5.4. Posição da jurisprudência	80
II.5.5. Nova Cláusula Geral Antiabuso (§42 AO)	82
II.6. Espanha	88
II.6.1. Introdução	88
II.6.2. Fracasso da Cláusula Geral	90
II.6.3. Fraude à Lei em Conflito: a nova cláusula	94
II.7. Itália	99
II.7.1. Introdução	99
II.7.2. Procura-se uma Cláusula Geral Antielisiva	100
II.8. França	104
II.8.1. Introdução	104
II.8.2. Cláusula Geral: entre o abuso e a simulação	104
II.9. Portugal	108
II.9.1. Introdução	108
II.9.2. Contexto jurisprudencial pré-cláusula geral	110
II.9.3. Instituição da cláusula geral	114
II.9.4. Posição da doutrina e sinalização da jurisprudência	115
II.9.5. Pressupostos de aplicação	125
II.9.6. Pressuposto formal	128
II.9.7. Pressuposto finalístico	133
II.9.8. Pressuposto comparativo	135
II.9.9. Consequência	137
II.9.10. Conclusão	138
II.10. União Europeia	140
II.10.1. Introdução	140

II.10.2. Defesa das liberdades: de Leur-Bloem a Lankhorst ..	142
II.10.3. Emsland-Stärke e o princípio geral antiabuso	147
II.10.4. Halifax e Part Service: delimitando as fronteiras	148
II.10.5. Algumas impressões	152

Capítulo III – PLANEJAMENTO FISCAL NO DIREITO

BRASILEIRO	155
III.1. Período anterior à Lei nº 5.172/66	155
III.1.1. Introdução	155
III.1.2. Primeiras construções doutrinárias	158
III.1.3. Doutrina da interpretação econômica	160
III.1.4. Anteprojeto do Código Tributário Nacional	167
III.1.5. Orientação jurisprudencial	170
III.1.6. Argumentos contrários à interpretação econômica	173
III.2. Advento da Lei nº 5.172/66 e os reflexos doutrinários	177
III.2.1. Introdução	177
III.2.2. Início dogmático	181
III.2.3. Tipicidade tributária e liberdade das formas jurídicas	183
III.2.4. Limites da liberdade fiscal	186
III.2.5. Tipos estruturais e funcionais	189
III.2.6. A posição doutrinária minoritária	192
III.3. Constituição Federal de 1988	194
III.3.1. Introdução	194
III.3.2. Ressurgimento da doutrina do abuso de direito	196
III.3.3. Ainda a defesa da tipicidade tributária e da liberdade das formas	198
III.3.4. Novas interpretações das disposições da Lei nº 5.172/66	200
III.3.5. Lacuna doutrinária	202
III.4. Advento da Lei Complementar nº 104/2001	205
III.4.1. Introdução	205
III.4.2. Reação dos defensores da tipicidade tributária	208
III.4.3. Nulificação da inovação legislativa	210

III.4.4. – Análise da cláusula geral antielisiva	213
III.4.4.1. Pressupostos de aplicação	214
III.4.4.2. Pressuposto formal	215
III.4.4.3. Pressuposto finalístico	224
III.4.4.4. Pressuposto procedimental	226
III.4.4.5. Consequência	227
Capítulo IV – CONCLUSÃO	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237
ANEXO – REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA: Análise de Casos Práticos	253